



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 323, DE 2011

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 3º.....

Parágrafo único. O beneficiário portador das deficiências mencionadas no inciso IV e no § 1º do art. 1º desta Lei, em caráter comprovadamente permanente e irreversível, deverá apresentar laudo que ateste tal condição uma única vez, vedada a exigência de renovação do documento ou apresentação de novo laudo nas aquisições de veículos subsequentes àquela devidamente instruída pela comprovação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem como objetivo diminuir os enlaces burocráticos que envolvem a aquisição de veículos por parte de deficientes físicos ou mentais amparados pela Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao regulamentar a concessão do benefício descrito na citada Lei, por meio da Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009, estipulou a exigência de rigoroso laudo de avaliação, em reconhecido esforço para se evitar fraudes e má utilização da isenção estabelecida pelo legislador.

Entretanto, são comuns as queixas de quem, acometido por moléstias graves e incuráveis, e cumpridor estrito dos requisitos estampados pela Lei nº 8.989, de 1995, se vê obrigado a comprovar sua condição em cada aquisição de veículo, numa *via crucis* constrangedora e logicamente desnecessária.

Ora, se a deficiência física ou mental é atestada como permanente e irreversível no primeiro laudo, por qual motivo se deve submeter o adquirente do veículo a sucessivas inspeções periciais, muitas vezes ocupando o serviço médico público e gratuito que poderia estar à disposição, naquele momento, para resolver problemas urgentes de saúde da população necessitada?

Cientes das prestimosas contribuições que esta Casa poderá oferecer ao debate e eventual aperfeiçoamento da nossa proposta inicial, submetemos aos ilustres Pares o presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador **PEDRO TAQUES**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995.VigênciaConversão da MPv nº 856, de 1995(Vide Lei nº 11.941, de 2009)

Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 856, de 1995, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, JOSÉ SARNEY, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por: (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)
(Vide art 5º da Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

.....

Art. 3º A isenção será reconhecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

(Às Comissões de Direitos Humanos e de Legislação Participativa; e nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Econômicos)

Publicado no **DSF**, em 10/06/2011.